

Relatório da Oficina "Liberalização do comércio: OMC, Rodada de Doha, e desafios em matéria de desenvolvimento"

San José, Costa Rica

6 a 8 de novembro de 2008

Apresentado por:

Comissão permanente especial de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da República da Costa Rica

Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

Organização Mundial do Comércio (OMC)

AGRADECIMENTOS

Os organizadores desejam agradecer à Assembléia Legislativa da República da Costa Rica - em particular a Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior, a deputada Mayi Antillón e a sua equipe - pela colaboração oferecida durante os preparativos e o desenvolvimento do evento. Da mesma maneira, queremos expressar nosso agradecimento aos especialistas e palestrantes pela sua inestimável contribuição aos trabalhos da oficina.

 Canadá

Este evento foi realizado com a colaboração financeira do Governo do Canadá ministrada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional (MAECI).



Os participantes na Oficina "Liberalização do Comércio – OMC, Rodada de Doha e Desafios na Matéria de Desenvolvimento"

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Fundamentos da Oficina	5
1.2 Descrição do programa	6
1.3 Patrocinadores e anfitriões.....	6
2. DESENVOLVIMENTO DA OFICINA	7
2.1 Cerimônia de abertura	7
2.2 Sessão 1 – Princípios básicos do sistema multilateral de comércio e introdução ao Programa de Doha para o Desenvolvimento da OMC	8
2.3 Sessão 2 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Agricultura	8
2.4 Sessão 3 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Acesso aos mercados para os produtos não agrícolas	10
2.5 Sessão 4 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Outros temas	11
2.6 Sessão 5 – A dimensão do desenvolvimento do Programa de Doha: Ajuda para o comércio	12
2.7 Sessão 6 – O sistema multilateral e os novos acordos de comércio regionais	13
2.8 Sessão 7 – Desafios do desenvolvimento e da liberalização do comércio: Redução da pobreza	14
2.9 Sessão 8 – Desafios do desenvolvimento e liberalização do comércio: Questões de gênero.....	15
2.10 Sessão 9 – Os parlamentares e a política comercial	17
2.11 Encerramento	18
3. CONCLUSÕES	19
4. ANEXOS	20
4.1 Anexo 1 – Lista de participantes	20
4.2 Anexo 2 – Programa	22



1. Introdução

Entre 6 e 8 de novembro de 2008, aconteceu em San José, na Costa Rica, a Oficina denominada "Liberalização do Comércio - OMC, Rodada de Doha e desafios em matéria de desenvolvimento", destinada a parlamentares dos países da América Central e América do Sul.

O evento, organizado em parceria pela Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da Costa Rica, pelo Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) contou com a presença de 32 parlamentares da Costa Rica, Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, El Salvador, México, Paraguai, Perú e da República Dominicana.

A participação de países de vários tamanhos e níveis de desenvolvimento econômico, e a interessante combinação de representantes tanto do governo como da oposição de cada país, garantiu a existência de opiniões variadas sobre os temas debatidos. As palestras de diversos especialistas e acadêmicos de organizações costarriquenses e regionais foram enriquecidas pelo compartilhamento de experiências e informações.

1.1 Fundamentos da Oficina



A crescente proliferação de acordos comerciais e políticas nacionais relacionadas com estes temas fez com que o conhecimento sobre política comercial se tornasse uma prioridade para os parlamentares.

Contudo, a fim de representar efetivamente os interesses do eleitorado na implementação local dos acordos comerciais internacionais, os parlamentares devem estar familiarizados com esse tema tão complexo.

Esta foi a segunda oficina desse tipo para parlamentares da América Central e do Sul, organizada em nível regional pelo FIPA; a primeira aconteceu em Ottawa, Canadá, em março de 2007.

O evento teve como objetivo: proporcionar um maior conhecimento do sistema multilateral de comércio e incentivar o interesse e informar os parlamentares sobre o funcionamento básico da OMC, as questões fundamentais da agenda do comércio multilateral e regional e o estado das negociações da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, de uma maneira que seja pertinente para seus próprios interesses e de seus representados. E, dessa maneira, promover um fórum em que os participantes pudessem discutir e compartilhar idéias e pontos de vista sobre o conteúdo das negociações e seus efeitos sobre os países da região, e encorajar um debate sobre o potencial dos parlamentos e das organizações internacionais sobre o comércio e o desenvolvimento.

1.2 Descrição do programa



O programa da oficina foi escrito para desenvolver módulos técnicos que foram complementados pelos debates, de maneira que o tema abordado fosse relacionado com temas da atualidade e com a experiência dos parlamentares.

Com o propósito de oferecer conhecimentos básicos aos participantes, a oficina iniciou com uma introdução aos princípios fundamentais do sistema multilateral de comércio e o Programa de Doha para o Desenvolvimento da OMC. Depois o evento prosseguiu com os módulos sobre o estado atual das negociações nas matérias de agricultura, de acesso aos mercados para os produtos agrícolas e do comércio de serviços, e também com uma sessão sobre os novos acordos regionais sobre o sistema multilateral. Uma vez estabelecido o ponto de partida básico, as sessões seguintes foram destinadas a conhecimentos analíticos e de política necessários para adaptar as regras de comércio internacional, e gerar mudanças que avance nas áreas de desenvolvimento sustentável, crescimento e equidade.

O Primeiro módulo destacou a dimensão de desenvolvimento da Rodada de Doha. Seguiram sessões sobre os desafios da liberalização do comércio, em matéria de redução de pobreza e igualdade de gênero. A última sessão foi enfatizada na colaboração que os parlamentares e as organizações parlamentares podem oferecer para a criação de uma política comercial e econômica que responda às necessidades locais.

(Ver Anexo 2 para ter acesso ao programa completo da oficina)

1.3 Patrocinadores e anfitriões

O esforço do FIPA contou com o respaldo de diversas organizações. Enquanto a Assembléia Legislativa da República da Costa Rica custeou os gastos com a alimentação e atenção logística dos participantes, a Organização Mundial do Comércio arcou com as passagens aéreas e com os gastos de hospedagem dos parlamentares que participaram do evento.

Também foi recebido apoio financeiro do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional do Canadá, o que particularmente facilitou a possibilidade de contar com expositores canadenses e com serviços de interpretação de qualidade.

O embaixador do Canadá na Costa Rica e sua esposa, Neil Reeder e Irene Hansen-Reeder, receberam os participantes com um jantar na residência oficial. A Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da Costa Rica fez o mesmo na sede do Ministério de Relações Exteriores. O chanceler da Costa Rica, Bruno Stagno, participou do jantar.



2. Desenvolvimento da oficina

2.1 Cerimônia de abertura



A cerimônia de abertura foi realizada na sede da Assembléia Legislativa, com a participação dos parlamentares costarriquenses e do presidente da Assembléia Legislativa da Costa Rica, deputado Francisco Antonio Pacheco.

Ao iniciar a cerimônia, o deputado Pacheco enfatizou não apenas a complexidade dos processos de liberalização do comércio, mas também as conseqüências altamente positivas que os acordos de livre comércio podem gerar

para o desenvolvimento dos povos.

Em seguida, a deputada Mayi Antillón Guerrero, presidente da Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da Costa Rica e anfitriã do evento, apresentou os fundamentos da oficina e os temas a serem tratados durante os três dias de trabalho, temas relacionados à Rodada de Doha, e aos desafios de desenvolvimento que representam estas negociações para os países da América Central e do Sul. A cerimônia continuou com a intervenção do deputado chileno Iván Moreira, Vice-Presidente do FIPA na América do Sul, que destacou a importância de eventos como a oficina, por sua qualidade de meios de aprendizagem e de compartilhamento de opiniões. O representante do FIPA foi enfático ao falar do importante papel que cabe aos parlamentos nos processos de liberalização comercial, dando voz à pluralidade de interesses, preocupações e aspirações dos cidadãos. Nesse momento, o deputado deu exemplos da maneira em que se pode incrementar o papel dos parlamentos, assim como o caso das conferências parlamentares sobre a OMC.

A cerimônia foi finalizada com as palavras da representante da Secretaria da Organização Mundial do Comércio, María Pérez-Esteve, conselheira da Divisão de Relações Exteriores. Pérez-Esteve ressaltou a importância do sistema multilateral de comércio e dos Acordos da OMC, que foram alcançados pelos Membros da OMC através de várias negociações comerciais. Falou da importância da Rodada de Doha para o Desenvolvimento cujo objetivo principal é promover o crescimento econômico e o desenvolvimento, através da progressiva liberalização do comércio. Por último, ressaltou o papel fundamental que cumprem os parlamentares na compreensão e aceitação da OMC em nível regional, e também seu papel essencial para a ratificação dos mesmos e para a formulação de um marco jurídico nacional sobre o comércio.



2.2 Sessão 1 – Princípios básicos do sistema multilateral de comércio e introdução ao Programa de Doha para o Desenvolvimento da OMC

Uma vez que os compromissos assumidos pelos países na Organização Mundial do Comércio e em acordos comerciais regionais e bilaterais têm profundas conseqüências no âmbito local e nacional, é fundamental que os legisladores sejam capazes de influir sobre o processo de elaboração de políticas de comércio internacional e de compreender as implicações que estas terão para seus povos. Os países em desenvolvimento enfrentam um desafio duplo, porque são os mais vulneráveis às mudanças derivadas da globalização econômica e tem recursos reduzidos para lidar com essas mudanças e beneficiar-se com elas.

Tendo esse contexto em conta, Jorge Castro, conselheiro da Divisão de Assuntos Jurídicos da Secretaria da OMC, iniciou a oficina com um panorama dos elementos essenciais das regulamentações comerciais e da dinâmica política sobre o assunto.

Em sua palestra, apresentou a estrutura da OMC e seu funcionamento, os antecessores do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da OMC, assim como as principais regras do sistema de comércio internacional (consolidação de compromissos, proibições ou restrições comerciais, tratamento da nação mais favorecida, tratamento nacional, transparência) e as exceções que permitem aos países adotar medidas que sejam necessárias para alcançar objetivos internos, sempre que estas medidas não sejam protecionistas nem discriminatórias.

Também introduziu o Programa de Doha para o Desenvolvimento, o que serviu de base para abordar temas mais específicos durante a continuidade da oficina.

Para ver a apresentação de Jorge Castro no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.3 Sessão 2 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Agricultura

A segunda sessão de trabalho foi conduzida por María Pérez-Esteve, conselheira da Divisão de Relações Exteriores da Secretaria da OMC, e por Álvaro Monge, consultor em comércio internacional.

A exposição de Pérez-Esteve foi enfocada no processo atual das negociações agrícolas relacionadas à OMC. A conselheira explicou que as negociações sobre a agricultura começaram em princípios de 2000, em conformidade com o artigo 20 do Acordo sobre a Agricultura da OMC. Logo, as negociações continuaram, sob a regência da Declaração de Doha. A Declaração se baseia no labor já realizado, e confirma e desenvolve os objetivos das negociações. Na Declaração se confirma o objetivo a longo prazo já pactuado no atual Acordo sobre a Agricultura de estabelecer um sistema



de comércio equitativo e orientado ao mercado mediante um programa de reforma fundamental. Sua finalidade é corrigir e prevenir as restrições e distorções nos mercados agropecuários mundiais.



Peréz-Esteve explicou o objetivo das negociações destinadas a conseguir melhoras substanciais no acesso aos mercados, reduções de todas as formas de subsídios à exportação, visando sua eliminação progressiva, e reduções substanciais da ajuda interna causadora de distorções do comércio.

Ressaltou que na Declaração de Doha, se convencionou que o trato especial e diferenciado para os países em desenvolvimento será parte integrante de todos os elementos das negociações e se incorporará aos novos compromissos dos países e às normas e disciplinas pertinentes, novas e revisadas. O resultado deverá ser efetivo na prática e deverá permitir aos países em desenvolvimento atender suas necessidades, em particular, no que se refere à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.

Destacou que os Ministros também tomaram nota das preocupações não comerciais (proteção ao meio ambiente, segurança alimentar, desenvolvimento rural, etc.) refletidas nas propostas de negociação já apresentadas e confirmaram que nas negociações terão em conta essas preocupações, conforme o previsto no Acordo sobre a Agricultura.

A conselheira da OMC falou do estágio atual das negociações e de seu progresso desde seu lançamento em Doha, no ano de 2001, até as negociações de alto nível de julho de 2008. Apresentou os elementos que incrementam a ambição em cada pilar e os elementos de flexibilização que a diminuem. Por último, ressaltou a complexidade das negociações, em grande parte devido aos interesses diferentes dos países ou grupos de países membros.

O especialista em comércio Álvaro Monge enfocou sua apresentação no impacto das negociações agrícolas atuais sobre a América Latina, no contexto da crise alimentar. Ao iniciar seu discurso descreveu os fatores vinculados a essa crise, em particular, a subida dos preços do petróleo, o crescimento do consumo em países como China e Índia, a produção de biocombustíveis e os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção agrícola.



Monge questionou a validade da escalada protecionista provocada pela crise – a qual se traduz em uma série de propostas para aumentar as barreiras não tarifárias ou renegociar tarifas, disse – e defendeu que, em sua opinião, o que era necessário para a América Latina era uma produção de alimentos de qualidade e alto rendimento. Também falou dos prognósticos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) para a produção de cereais em 2008, cujas tendências eram favoráveis para a maioria dos países da

região. O especialista expôs sua opinião de que a abertura podia representar uma resposta para a crise e que nesta linha de pensamento as negociações relativas à OMC permitiriam um melhor acesso aos mercados para os países da região, que são muito competitivos na agricultura. Sublinhou também as oportunidades que poderiam gerar os tratados de livre comércio regionais, uma alternativa para os países pequenos.

Para ver as apresentações de María Pérez-Esteve e Álvaro Monge no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.4 Sessão 3 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Acesso aos mercados para os produtos não agrícolas

A apresentação deste módulo esteve a cargo de Jorge Castro, conselheiro da Divisão de Assuntos Jurídicos da Secretaria da OMC. O conselheiro explicou em primeiro lugar que o tema do acesso a mercados não agrícolas não só inclui os produtos manufaturados, mas também os produtos de extrativismo (ex.: cobre, ouro).

Ao identificar uma série de fatores determinantes da eficácia do acesso dos produtos não agrícolas aos mercados internacionais, Castro ressaltou que o objetivo da Rodada de Doha era reduzir ou eliminar as cristas tarifárias, as tarifas elevadas e a progressividade tarifária.



Castro apresentou em seguida dados estatísticos sobre o comércio mundial de bens e a participação dos países latino-americanos. Não obstante às dificuldades de obter estatísticas confiáveis sobre o comércio de serviços, explicou que a maior parte do comércio do planeta era de bens, com apenas 20% de comércio sendo de serviços. Acrescentou que os produtos manufaturados representam 70% do comércio de produtos não agrícolas comercializados no mundo.

O especialista explicou que a região da Europa representa 42.1% das exportações de bens do mundo, enquanto a América Central e do Sul representa apenas 3.6%. Ao destacar que a maioria das exportações de bens da América latina provém da indústria extrativista, explicou que 31% das exportações de bens da América latina se destinam à América do Norte, enquanto 26% são comercializadas na América do Sul e Central.

Os temas expostos por Castro foram discutidos durante a mesa redonda, moderada pelo deputado Francisco Molina Gamboa, membro da Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da Costa Rica. O tema do acesso a mercados produziu pontos de vista diferentes. A oportunidade foi aproveitada para o compartilhamento de experiências e para comentar as situações dos diferentes países da região. Foi comentado, por exemplo, que não existia uma unidade de cobertura e consolidação clara na região e que isso deveria ser trabalhado.



Foi dito também que a diversidade de compromissos tarifários entre os membros da OMC não permitia que todos tivessem o mesmo acesso aos mercados. Foi expressa certa preocupação pelo estancamento da Rodada de Doha, mas também certo mal-estar por uma proteção residual para alguns produtos de países em vias de desenvolvimento por parte de países desenvolvidos. Uma pergunta ficou aberta: *Como o Poder Legislativo influenciará o Poder Executivo em questões comerciais?* - oferecendo mais oportunidades de debate para os dias seguintes.

Para ver a apresentação de Jorge Castro no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.5 Sessão 4 – O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado atual das negociações. Outros temas

O segundo dia de trabalho começou com uma palestra de Jorge Castro sobre os processos atuais de negociação de Doha quanto ao comércio de serviços, à solução de diferenças e à facilitação do comércio.

Em relação a este último tema, o representante da Secretaria da OMC enfatizou a necessidade de agilizar o comércio na região, e explicou que ainda existem muitas travas não apenas na cobrança de impostos, mas também em barreiras não tarifárias (burocracia, medidas sanitárias, etc.) que não permitem um bom fluxo de bens e serviços entre os países da América latina e com o resto do planeta. Destacou, por exemplo, que na região andina, de todo o tempo que é utilizado no processo de transporte de produtos, metade é perdido nas fronteiras.



Castro explicou que, em 2004, as negociações para facilitar o comércio foram iniciadas com base em modalidades previstas no anexo D do chamado “pacote de julho”, com o objetivo de melhorar aspectos dos artigos do GATT sobre liberdade de trânsito e direitos e formalidades referentes à importação, exportação, publicação e aplicação dos regulamentos comerciais. Dessa forma se busca melhorias nos trâmites burocráticos e na transparência na legislação, que deve ser pública, enfatizou o conselheiro. Nesse contexto, disse que é buscada a agilização dos trâmites e o estabelecimento de mecanismos de cooperação mútua entre entidades alfandegárias.

Em matéria de infra-estrutura, Castro indicou que - ao basear-se no reconhecimento das assimetrias existentes – não exigirá dos países menos desenvolvidos que realizem investimentos que superem suas possibilidades. Acrescentou que a rodada do Uruguai tinha ajudado a melhorar o funcionamento dos sistemas tarifários, mas que era importante impulsionar mudanças não apenas estruturais, mas de sistemas de trabalho para agilizar o comércio entre os países.

Para ver a apresentação de Jorge Castro no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.6 Sessão 5 – A dimensão do desenvolvimento do Programa de Doha: Ajuda para o comércio

Esta parte foi ministrada por María Pérez-Esteve, conselheira da Divisão de Relações Exteriores da Secretaria da OMC, e por Jaime Granados, representante do Setor de Integração e Comércio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ambos os expositores destacaram que a América latina está sofrendo sérios problemas de restrições pelo lado da oferta. Apesar dos avanços conseguidos desde a década de 1980 – disseram – ainda são necessárias melhorias para que não se desperdice o grande potencial da região. Ao mencionar alguns dos problemas existentes fizeram referência à baixa qualidade e volume de produção, às deficiências de infra-estrutura – especialmente em alfândegas – à existência de muitos gargalos burocráticos e a problemas nas regulamentações.

O objetivo da ajuda para o comércio, explicou Pérez-Esteve, é precisamente corrigir as limitações ao comércio oriundas desses obstáculos interiores, chamados de oferta. A expositora apresentou quatro esferas principais de contribuição para o comércio: a criação de capacidade para formular políticas comerciais, participar de negociações e aplicar acordos; o investimento em infra-estrutura econômica; o fortalecimento da capacidade produtiva para aumentar a competitividade nos mercados de exportação e, finalmente, a assistência destinada a atenuar os possíveis custos derivados da liberalização. Também partilhou vários exemplos de casos bem-sucedidos de ajuda para o comércio, ressaltando que países em desenvolvimento em todo o mundo enfrentavam problemas similares aos citados.

Granados explicou as três áreas de ação do BID em matéria de desenvolvimento de capacidade para o comércio, em nível regional e nacional: a infra-estrutura, o desenvolvimento de capacidades institucionais, produtivas e da competitividade, e acesso a mercados.



O palestrante salientou que as atividades do BID buscam, em particular, melhorar os processos de produção, apoiar os setores marginalizados, melhorar a tecnologia e dar suporte às micro e pequenas empresas (as agro-exportadoras). Falou também que outra função do BID é o monitoramento de indicadores de comércio e competitividade.

Granados ressaltou que nos últimos anos o BID deu um sério apoio à zona Centro-americana, principalmente através de fundos para o incentivo da produtividade e capacitação dos empresários em processos fitossanitários ou sanitários para assim ajudá-los a cumprir com as exigências do comércio internacional. Essa ajuda, afirmou, é importante dado o potencial que representa o comércio na América latina e as oportunidades que podem surgir, por exemplo, no desenvolvimento da infra-estrutura.

Granados concluiu sua apresentação compartilhando algumas das recomendações do BID:



- Converter o comércio em uma prioridade das agendas de desenvolvimento
- Alinhar as estratégias dos doadores com as necessidades dos países
- Trabalhar de forma conjunta com o setor privado, criando incentivos
- Melhorar os mecanismos de canalização de ajuda para o comércio
- Incrementar esforços em projetos que produzam resultados a curto prazo
- Aproveitar a experiência da região nos processos de integração para impulsionar a aplicação de projetos em nível regional
- Simplificar os requerimentos administrativos.

Granados enfatizou, também, que há maior vantagem em trabalhar como região que de maneira individual em cada país.

Para ver as apresentações de María Pérez-Esteve e Jaime Granados no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.7 Sessão 6 – O sistema multilateral e os novos acordos de comércio regionais

Na sexta sessão de trabalho, Amparo Pacheco, Vice-Ministra do Comércio Exterior da Costa Rica, e Eduardo Lizano, economista e presidente honorário da Academia da América Central, dividiram suas respectivas experiências em matéria de acordos de comércio regionais.



A Vice-Ministra do Comércio Exterior da Costa Rica falou do processo do CAFTA (Tratado de livre Comércio da América Central), comentando o quão importante é que processos de tal envergadura não ocorram do modo “lento e fastidioso” como aconteceu na Costa Rica. A funcionária admitiu que o processo foi uma prova da participação cidadã, mas que ao mesmo tempo foi um desafio para o Ministério. Assim, referiu-se à dificuldade de transmitir, tanto ao povo como aos parlamentares, a mensagem de que o livre comércio pode beneficiar os cidadãos. Sobre isso deu o exemplo do potencial acesso dos consumidores a uma maior variedade de produtos e a preços menores.

Eduardo Lizano, um dos economistas mais influentes da Costa Rica, expôs, em sua análise, exemplos claros da situação na América Central e da atuação costarricense no âmbito do comércio internacional, e pediu aos parlamentares que padronizassem os processos tributários e burocráticos para agilizar o comércio e proteger os setores que pudessem ser prejudicados em eventuais processos de negociação. Lizano defendeu que os recursos gerados pelo comércio internacional devem ser aproveitados pelos países para não deixar passar a oportunidade do

desenvolvimento e que é indispensável uma boa infra-estrutura para conseguir um desenvolvimento pleno dos países latino-americanos.

Os expositores também fizeram referência à questão dos ganhadores e perdedores dos acordos comerciais e a prioridade, por parte dos governos, de apoiar com medidas tanto financeiras como sociais aos setores desfavorecidos.

As apresentações foram seguidas por um debate moderado pelo deputado Mario Quirós Lara, membro da Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa da Costa Rica.



Os participantes tiveram a oportunidade de tirar dúvidas sobre os processos de negociação e em virtude da experiência de ambos os palestrantes foram compartilhadas anedotas e sugestões sobre as necessidades dos países e suas preocupações relacionadas ao comércio internacional. Foram expressas, em especial, preocupações com o potencial conflito entre a sustentabilidade ambiental e a liberalização do comércio, assim como sobre questões de propriedade intelectual.

2.8 Sessão 7 – Desafios do desenvolvimento e da liberalização do comércio: Redução da pobreza

Através de uma enérgica apresentação, o reitor do Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas (INCAE), Arturo Condo, sugeriu aos participantes uma visão do livre comércio favorável aos países em desenvolvimento.

Lembrou que através dos anos foram vistas manifestações contra a globalização e o livre comércio, e países que se isolaram pouco a pouco por adotarem posições radicais. Entretanto, defendeu que as vantagens de um mundo globalizado são concretas: maior conectividade entre pessoas e países, aceleração do progresso tecnológico, maior liberalização do fluxo de capitais, aumento do uso dos recursos e também pressão no aumento da produtividade. Nesse contexto, disse que os países da região latino-americana foram instados a participar com maior frequência “deste jogo chamado comércio internacional” para então obterem maiores benefícios e sair do subdesenvolvimento.

Segundo Condo, o comércio anda de mãos dadas com a globalização, uma vez que sem esta não se consegue a eficiência, redução de custos e maior proximidade com os consumidores, e nem podem explorar as vantagens específicas de cada país, ganhar maiores habilidades e ter um fluxo maior e melhor de tecnologia.

O expositor reconheceu, não obstante, que o crescimento econômico deve ser combinado com equidade social e equilíbrio ambiental para ter um sistema equilibrado no qual os habitantes de cada povo possam melhorar seu nível em qualidade de vida.

Sobre isso opinou que o aproveitamento do crescimento econômico gerado pelo comércio dependia unicamente dos países, que – ressaltou ele - tem a responsabilidade de zelar por sua integração ao sistema global de comércio, sua capacidade de aproveitamento e pelo equilíbrio com o meio ambiente.

Destacou também que um ambiente político estável, um sistema legal eficiente e um sistema macroeconômico próspero são elementos necessários para explorar ao máximo o potencial de cada país e ter sucesso no âmbito do comércio internacional.

O reitor do INCAE ilustrou sua argumentação com vários exemplos, como os casos do setor de turismo na Costa Rica, ou das camaroeiras no Equador.

Condo comentou também a possibilidade do impacto potencial sobre o livre comércio regional da eleição de Barack Obama nos Estados Unidos da América.

Para ver a apresentação de Arturo Condo no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org



2.9 Sessão 8 – Desafios do desenvolvimento e liberalização do comércio: Questões de gênero

A doutora Laura Dawson, associada do *Centre for Trade Policy and Law* (Centro de Direito e Política Comercial) da Universidade Carleton, com sede em Ottawa, Canadá, prosseguiu com a apresentação sobre a inclusão da mulher no setor econômico. Defendeu que nos dias de hoje temos milhares de mulheres trabalhando para grandes empresas, mas que, no entanto, a região latino-americana não oferece uma inclusão completa para esse setor da população. Por exemplo, disse, ainda é palpável a diferença de salários, acesso à educação, acesso aos postos de trabalho, etc.

A especialista pontualizou que o comércio internacional gera grandes mudanças na estrutura econômica de um país, não apenas em sua força de trabalho, mas também nos preços dos produtos. Explicou que seu impacto no consumo é sensível e que o financiamento do gasto social também é afetado pelo comércio. Essas mudanças podem ser positivas ou negativas, dependendo de como sejam feitas em cada país, observou.

Disse também que a desigualdade de gênero afeta a relação entre as políticas comerciais e o desempenho comercial, e que o comércio afeta cada gênero de maneira diferente.

Segundo os dados mostrados por Dawson, 70% da população pobre do mundo é mulher. De fato, o trabalho das mulheres é menos remunerado, o que é particularmente mais notado nos setores do

mercado laboral que são “feminilizados”. Por essas razões os lares dirigidos por mulheres (30% dos lares) estão de forma desproporcional dentro dos mais pobres.



Diante dessa situação, defendeu Dawson, os governantes de cada país devem vigiar a segregação por gênero na população ativa e como se comporta cada setor. Deve-se dar às mulheres um acesso a recursos equitativo e uma participação de níveis aceitáveis no governo, assim como velar para que não sejam marginalizadas nem discriminadas.

Os legisladores podem desempenhar um papel nesse assunto, examinando tanto as leis como as políticas empregadas para uma correta equidade na sociedade, e também medindo os impactos das mudanças estruturais em cada um dos gêneros. Por exemplo, disse Dawson, deve-se considerar detalhadamente a participação feminina nas esferas econômicas e sociais na hora de criar programas e implementar políticas.

A situação nas Américas em relação à participação feminina no âmbito social e produtivo, disse a doutora Dawson, mostra que existe um maior reconhecimento do valor do trabalho não remunerado da mulher e da baixa remuneração pelas “tarefas tradicionais da mulher”. Também, há uma maior consciência de que os acordos comerciais podem contribuir para um estímulo ao crescimento, mas que também são necessárias outras políticas para garantir uma distribuição equitativa e reduzir a pobreza.

Entretanto, apesar do reconhecimento dos problemas a região tem poucas medidas práticas, devido em parte ao fato de que não é fácil determinar os alcances da pobreza e dos efeitos de acordos comerciais. Em grande parte o problema do acesso desigual em torno dos gêneros se dá por fortes tradições sociais e culturais que apenas com medidas verdadeiramente envolventes poderão ser suavizadas.

Dawson concluiu que ainda que a implementação de programas para compensar a desigualdade e os desequilíbrios possa ser custosa, a longo prazo, trará maiores benefícios tendo uma sociedade mais justa e participativa.

A palestra da doutora Dawson foi completada por uma apresentação de Patricia Langan-Torell, embaixadora do Canadá no Panamá, que falou de ações iniciadas pelo governo canadense para melhorar a participação da mulher no comércio internacional. Sobre isso explicou que em nível nacional existem iniciativas para ajudar às mulheres de negócios a superar os obstáculos que enfrentam, seja proporcionando-lhes informações sobre os serviços disponíveis ou as ajudando a ampliar e diversificar sua base de clientes e mercados. Através de



sua política de contribuição internacional ao desenvolvimento, o governo canadense – explicou Langan-Torell – apóia as mulheres de países em desenvolvimento mediante programas de capacitação e apoio à microempresa. A embaixadora convidou os parlamentares a gerar uma mudança e dar às mulheres o seu espaço, destacando que sem um sistema de inclusão e participação correto, pode-se perder muito do potencial no comércio internacional.

Para ver a apresentação da doutora Dawson no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.10 Sessão 9 – Os parlamentares e a política comercial

O último módulo da oficina abriu um espaço de reflexão sobre o papel dos parlamentares na política comercial.



A sessão começou com uma apresentação do deputado canadense Mario Silva, onde ele compartilhou a experiência do parlamento de seu país sobre a participação em política comercial. O deputado Silva apresentou os mecanismos que existem em nível nacional que permitem aos parlamentares contribuir com a política comercial e que facilitem a difusão de informações aos cidadãos. Falou também do desafio que representa a integração do setor manufaturado Américo - canadense, particularmente afetado pela crise econômica.

Sua apresentação foi seguida por uma palestra da Dra. Laura Dawson, que falou sobre o papel dos parlamentares e do impacto da opinião pública na formulação de políticas comerciais.

Dawson lembrou as várias funções dos parlamentares: aprovam ou rejeitam projetos de lei, representam a cidadania, supervisionam a atividade do Estado, estão envolvidos em atividades de “diplomacia parlamentar”, etc. Em sua opinião, a função de representação é particularmente complexa, uma vez que ao atuar como elo entre cidadãos e negociadores, cabe aos parlamentares a difícil tarefa de manusear a percepção que o público tem do comércio e da OMC. Além de se tratar de questões técnicas e complexas, a percepção pública é influenciada – opinou – pela atuação dos grupos antiglobalização, que usam imagens que capturam a imaginação do público para deter as iniciativas no comércio. Assim, a doutora Dawson insistiu na importância de educar os cidadãos em temas de comércio e proporcionar-lhes informações adequadas durante todo o processo de negociação e implementação de um acordo comercial.

Explicou que os organismos parlamentares, como o FIPA, podem ter um papel importante nesse contexto, desenvolvendo atividades de capacitação para os parlamentares e também instando os governos a melhorar a transparência e a prestação de contas. Dawson deu o exemplo da União

Interparlamentar, que em de sua conferência anual sobre a OMC, definiu pautas para o acesso dos parlamentares à informação em matéria de comércio.

Em seguida, Dawson e María Pérez-Esteve, da Secretaria da OMC, abriram o debate com algumas perguntas aos parlamentares: “Como parlamentares vocês contam com as ferramentas necessárias para ajudar a educar e informar os seus eleitores? O quão eficaz é a participação dos parlamentares na formulação de políticas comerciais internacionais? Existe uma função maior para a diplomacia parlamentar?”

Com base nestas perguntas o grupo fez um debate enriquecedor, moderado pela deputada Hilda González, membro da Comissão de Relações Exteriores e Comércio Exterior da Costa Rica. A discussão começou com um comentário da deputada costarricense Lorena Vásquez Badilla, seguido pela participação dos outros participantes.

O debate evidenciou a grande diversidade de experiências que existem na região quanto à liberalização do comércio. Apesar disso, os participantes concordaram que os parlamentares necessitavam obter mais informações, e melhores, sobre o funcionamento dos tratados e das questões de comércio internacional, e também que precisam estar mais envolvidos nos debates que acompanham os processos de negociações, e não apenas no momento da ratificação. Vários deles destacaram que a utilidade de ferramentas como a oficina do FIPA e alguns solicitaram que fossem realizados eventos similares em seu país. Por outro lado, foi expressa certa preocupação pela imagem negativa dos legisladores nos meios de comunicação. Aí se destacou a necessidade de reforçar o papel do Parlamento, a fim de melhorar a confiança dos cidadãos nas instituições parlamentares.



Para ver a apresentação de Laura Dawson no formato Power Point, acesse a página do FIPA na internet: www.e-fipa.org

2.11 Encerramento

Depois da última sessão temática procedeu-se a cerimônia de encerramento do evento, com palavras da deputada dominicana María Estela de la Cruz, vice-presidente do Fórum na América Central, do secretário da Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia costarricense, deputado Fernando Sánchez Campos, e dos representantes da Secretaria da OMC, María Pérez-Esteve e Jorge Castro.

A deputada María Estela de la Cruz fez um agradecimento especial em nome do FIPA à Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa e sua presidenta, Mayi Antillón, pela calorosa hospitalidade e organização logística, e também à Organização Mundial do Comércio e ao Ministério de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional do Canadá pelo seu apoio financeiro e técnico.

Depois dos pronunciamentos, a anfitriã e deputada Mayi Antillón declarou o evento oficialmente encerrado.

3. Conclusões

O comércio internacional afeta todos os setores da sociedade. Iniciativas como a oficina feita na Costa Rica entre 6 e 8 de novembro de 2008 oferecem uma oportunidade aos legisladores para receber informações sobre o tema de comércio, aprofundar conceitos e compreender da melhor maneira o funcionamento de organizações como a OMC.



Nas palavras da anfitriã, a deputada Mayi Antillón, o evento “superou as expectativas”. A utilidade da oficina foi demonstrada na participação ativa dos legisladores durante as sessões, e também nas experiências e anedotas que continuaram sendo compartilhadas pelos representantes de cada país fora da sala de trabalho.

Graças à participação dos expositores e dos participantes, conseguiu-se ter um panorama mais claro da situação na região, permitindo aos parlamentares visualizar os pontos fracos e aqueles nos quais buscar melhoras. Mesmo que os desafios sejam enormes, existe uma forte disposição para solucionar os problemas, e resta aos legisladores dar o passo seguinte.

O tema do comércio exterior é complexo e enfadonho, mas não por isso deixa de ser importante e vital para as comunidades. Devido à necessidade de um maior entendimento em matéria de comércio e o êxito deste evento tanto para os participantes como para seus organizadores, é preciso valorizar a oportunidade de seguir desenvolvendo encontros similares, de forma regular, no futuro.

4. Anexos

4.1 Anexo 1 – Lista de participantes

PARLAMENTARES

Argentina

Senadora Selva Judit Forstmann

Bolívia

Senador René Zamora Ortega

Deputado Ricardo Froilán Aillón Álvarez

Deputado Marco Antonio Córdova Santivañez

Brasil

Deputado João Almeida dos Santos

Canadá

Deputado Mario Silva

Chile

Deputado Iván Moreira Barros

Costa Rica

Deputada Mayi Antillón Guerrero

Deputada Evita Arguedas Maklouf

Deputada Hilda González Ramírez

Deputado Francisco Molina Gamboa

Deputado Mario Quirós Lara

Deputado Fernando Sánchez Campos

Deputado Ronald Solís Bolaños

Deputada Lorena Vásquez Badilla

El Salvador

Deputada Sonia Farfán

Deputado Manuel Vicente Menjivar Esquivel

México

Senadora Guadalupe Mondragón González

Deputada Margarita Arenas Guzmán

Deputado Alfonso Othón Bello Pérez

Deputado Miguel Ángel Peña Sánchez

Deputado Salvador Ruiz Sánchez

Paraguai

Deputado Juan Artemio Barrios Cristaldo

Deputada Concepción Cubas de Villaalta

Deputada Blanca Nidia Duarte Frutos de Villalba
Deputado Oscar Escobar
Deputado Juan Bernardo Ziett

Perú

Congressista Yaneth Cajahuanca Rosales
Congressista Marisol Espinoza Cruz

República Dominicana

Deputado Albert Atallah
Deputada María Estela de la Cruz
Deputado Tulio Jiménez

PALESTRANTES

Sr. Jorge Castro, Secretaria da Organização Mundial do Comércio
Sr. Arturo Condo, Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas
Sra. Laura Ritchie Dawson, Universidade Carleton
Sr. Jaime Granados, Banco Interamericano de Desenvolvimento
Sra. Patricia Langan-Torell, Embaixada do Canadá no Panamá
Sr. Eduardo Lizano, Academia da América Central
Sr. Álvaro Monge, Consultor em Comércio Internacional
Sra. Ámparo Pacheco, Ministério do Comércio Exterior da Costa Rica
Sra. María Pérez-Esteve, Secretaria da Organização Mundial do Comércio

OBSERVADOR

Sr. Mark Strasser, Embaixada do Canadá na Costa Rica

SECRETARIA TÉCNICA DO FIPA

Sra. Emmanuelle Pelletier, Secretária Executiva

ASSESSORES, COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COSTA RICA

Luis Álvarez Soto,	Assessor Dep. Mayi Antillón Guerrero
Mayela Araya Herrera,	Assessora Dep. Lorena Vásquez Badilla
Cinthy Berrocal Quirós,	Assessora Dep. Evita Arguedas Maklouf
Gianina Dinarte Romero,	Assessora Dep. Francisco Molina Gamboa
Juan Pablo Estrada Gómez,	Assessor Fração Partido Unidade Social Cristã
Marcela Losilla Vásquez,	Assessora Dep. Lorena Vásquez Badilla
Freddy Morera Blanco,	Assessor Dep. Mario Quirós Lara
Carlos Peña Quintana,	Assessor Dep. Mayi Antillón Guerrero
Jorge Rodríguez Vives,	Assessor Dep. Mayi Antillón Guerrero
Heidi Venegas Rojas,	Assessora Dep. Elizabeth Fonseca Corrales
Xiomara Villegas Badilla,	Assessora Dep. Fernando Sánchez Campos

4.2 Anexo 2 – Programa

OFICINA REGIONAL PARA PARLAMENTARES DOS PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E AMÉRICA DO SUL

LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO – OMC, RODADA DE DOHA E DESAFIOS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO

SAN JOSE, COSTA RICA
6 A 8 DE NOVEMBRO DE 2008

QUARTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO

Tarde e noite Transporte dos delegados do aeroporto internacional Santamaría ao *Radisson Europa Hotel and Conference Center*

QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO

8h00 Encontro no saguão do Hotel Radisson Europa e deslocamento até a Sede da Assembléia Legislativa da Costa Rica

8h30 9h30 Cerimônia de Abertura
Sede da Assembléia Legislativa da Costa Rica

- Dep. Francisco Antonio Pacheco,
Presidente da Assembléia Legislativa da Costa Rica
- Dep. Mayi Antillón Guerrero,
Presidenta da Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da Costa Rica
- Dep. Iván Moreira,
Vice-Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas na América do Sul
- María Pérez-Esteve,
Conselheira, Divisão de Relações Exteriores, Secretaria da OMC

9h30 10h00 Pausa café

10h00 10h30 Deslocamento até o Hotel Radisson Europa

10h30 11h30 Sessão 1: Princípios Básicos do Sistema Multilateral de Comércio e Introdução ao Programa de Doha para o Desenvolvimento da OMC

- Sr. Jorge Castro, Conselheiro, Divisão de Assuntos Jurídicos, Secretaria da OMC

11h30 13h00 Sessão 2: O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado Atual das Negociações – Agricultura

- Sra. María Pérez-Esteve, Conselheira, Divisão de Relações Exteriores, Secretaria da OMC
- Sr. Álvaro Monge, Consultor em Comércio Internacional



Debate

13h00	14h30	Almoço
14h30	16h00	Sessão 3: O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado Atual das Negociações - Acesso aos Mercados para os produtos Não Agrícolas (AMNA) ▪ Sr. Jorge Castro, Conselheiro, Divisão de Assuntos Jurídicos, Secretaria da OMC <i>Debate</i>
16h00	16h30	Pausa café (saguão)
16h30	17h30	Mesa redonda entre os Parlamentares sobre os temas expostos Moderador: Dep. Francisco Molina Gamboa. Deputado Membro da Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa da Costa Rica
18h30		Encontro no saguão do hotel e deslocamento ao Ministério de Relações Exteriores
19h00	21h00	Jantar oferecido pela Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da República da Costa Rica. Participa como convidado especial Sr. Bruno Stagno, Chanceler da República da Costa Rica. <i>Sede do Ministério de Relações Exteriores - Salão Dourado.</i>

SEXTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO

08h30	10h00	Sessão 4: O Programa de Doha para o Desenvolvimento: Estado Atual das Negociações - Outros temas incluídos: o comércio de serviços, Regras, Facilitação do comércio, etc. ▪ Sr. Jorge Castro, Conselheiro, Divisão de Assuntos Jurídicos, Secretaria da OMC <i>Debate</i>
10h00	10h30	Pausa café (saguão)
10h30	12h30	Sessão 5: A Dimensão do Desenvolvimento do Programa de Doha: Ajuda para o Comércio, etc. ▪ Sra. María Pérez-Esteve, Conselheira, Divisão de Relações Exteriores, Secretaria da OMC ▪ Sr. Jaime Granados, Banco Interamericano de Desenvolvimento <i>Debate</i>
12h30	14h00	Almoço

- 14h00 16h00 Sessão 6: O sistema multilateral e os novos acordos de comércio regionais
- Sra. Amparo Pacheco, Vice-ministra do Comércio Exterior da Costa Rica
 - Sr. Eduardo Lizano, Academia da América Central
- Debate*
- 16h00 16h30 Pausa café (saguão)
- 16h30 17h30 Mesa Redonda entre os Parlamentares sobre os temas expostos
Moderador: Dep. Mario Quirós Lara
Deputado Membro da Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa de Costa Rica
- 18h30 Encontro no saguão do hotel e deslocamento até a residência oficial de Embaixador do Canadá
- 19h00 21h00 Recepção oferecida pelo Embaixador do Canadá, S. E. Neil Reeder, e a Sra. Irene Hansen-Reeder
Residência oficial do Embaixador do Canadá

SÁBADO, 8 DE NOVEMBRO

- 08h30 10h30 Sessão 7: Desafios do Desenvolvimento e liberalização do Comércio: redução da pobreza
- Sr. Arturo Condo, reitor do Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas (INCAE)
- Debate*
- 10h30 11h00 Pausa café (saguão)
- 11h00 12h30 Sessão 8: Desafios de Desenvolvimento e liberalização do Comércio: Questões de gênero
- Sra. Laura Ritchie Dawson, associada do Centro de direito e política comercial da Universidade Carleton
 - Sra. Patricia Langan-Torell, embaixadora do Canadá no Panamá
- Debate*
- 12h30 14h00 Almoço
- 14h00 16h00 Sessão 9: A dimensão parlamentar do comércio
- Sra. Laura Ritchie Dawson, associada do Centro de direito e política comercial da Universidade Carleton



- Sra. María Pérez-Esteve, Conselheira, Divisão de Relações Exteriores, Secretaria da OMC
- Dep. Mario Silva, Câmara dos Deputados do Canadá
- Dep. Lorena Vásquez Badilla, Chefe Fração Partido Unidade Social Cristã, Costa Rica.

Moderadora: Dep. Hilda González, Membro da Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior, Costa Rica.

Mesa Redonda

- | | | |
|-------|-------|---|
| 16h00 | 16h30 | Avaliação da Oficina e recomendações para atividades no futuro |
| 16h30 | 17h00 | Observações Finais e Encerramento |
| | | <ul style="list-style-type: none">▪ Sra. María Pérez-Esteve, Conselheira, Divisão de Relações Exteriores, Secretaria da OMC▪ Sr. Jorge Castro, Conselheiro, División de Assuntos Jurídicos, Secretaria da OMC▪ Dep. María Estela de la Cruz, Vice-Presidenta Fórum Interparlamentar das Américas na América Central, República Dominicana.▪ Dep. Fernando Sánchez, Secretário da Comissão de Relações Internacionais da Assembléia Legislativa da Costa Rica |
| 18h30 | 21h00 | Atividade de encerramento oferecida pela Comissão de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembléia Legislativa da República da Costa Rica. |

Assembleia Legislativa da República da Costa Rica
Comissão Permanente Especial de Relações Internacionais e Comércio Exterior
Caixa Postal: 74-1013
San José
Costa Rica



Tel.: +506 2243-2441/ 2243-2442/ 2243-2592/ 2243-2607

Fax: +506 2243-2444

COMISION-INTERNACIONALES@asamblea.go.cr

www.asamblea.go.cr

Secretaria Técnica do FIPA

500 – 165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canadá

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Tel.: + 1 (613) 594-5222

Fax: + 1 (613) 594-4766

info@e-fipa.org

www.e-fipa.org

Organização Mundial do Comércio

Divisão de Relações Exteriores
Rue de Lausanne 154
CH – 1211 Geneva 21
Suíça



WORLD TRADE ORGANIZATION
ORGANISATION MONDIALE DU COMMERCE
ORGANIZACION MUNDIAL DEL COMERCIO

Tel.: + 41 22 739 5007

Fax: + 41 22 739 5458

enquiries@wto.org

www.wto.org